

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**-----

-----**COMISSÃO EVENTUAL DO PART**-----

-----**REUNIÃO nº 3 /Ano 2019**-----

Data 17/07/2019 -----

Hora de Início 18H00/**Fim** 19H45

Presenças:-----

Rui Prudêncio-----

João Pedro Gomes-----

Reunião com:-----

Rita Sammer-----

João Rodrigues-----

Primeiro Secretário da OesteCIM

Teresa Oliveira-----

Sérgio Jacinto-----

Paulo Simões-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Análise de dados das CIM-----
- 2- Aplicação do PART pela Comunidade Intermunicipal do Oeste-----

Conclusões:-----

- 1- Foram analisados os dados sobre a aplicação do PART enviados pela CIMBAL, CIMRL, CIMAC e CIMLT. Relativamente à Lezíria Tejo, concluiu-se que para disponibilizarem o pass para Lisboa a 40,50€ aplicaram todas as verbas do PART nesse serviço recorrendo ainda a financiamento interno. No criaram descontos extraem mais nenhuma categoria de passes.-----
No Baixo Alentejo só são financiados os passes do 9º ao 12º ano de escolaridade. Até ao 9º ano é gratuito e do 10º ao 12º é financiado em 50%.-----
O Alentejo Central reduziu em 32% os passes sem apoio e de agosto em diante reforçou em 62%.-----
Os dados da região de Leiria são gerais e de difícil interpretação.-----
- 2- Depois da chegada do Dr. Paulo Simões, primeiro-secretário da OesteCIM, foram feitas as apresentações e o presidente da comissão fez um enquadramento do trabalho que está a ser desenvolvido e agradeceu a disponibilidade.-----
O representante da OesteCIM começou por explicar que o valor atribuído a cada CIM para aplicação do PART foi calculado por um algoritmo que não beneficiou a região Oeste. Com a aplicação do Despacho o Oeste recebeu pouco mais de 1milhão de euros.-----
O mercado dos transportes públicos foi até agora um mercado não regulado e “existe muito receio dos operadores em dar a dados ao regulador”. -----
No caso concreto dos passes para estudantes há um desconto de 25% suportados por 20% do IMT. Os transportadores querem ainda ser ressarcidos do diferencial de cerca de 7% em falta porque aplicar em partes é diferente de aplicar sobre 100%. É a OesteCIM que suporta esse diferencial.-----
Ao todo a verba disponível para aplicar no PART é de aproximadamente 1milhão e 900 mil euros já considerando a comparticipação dos municípios que ainda não existe. Neste momento estamos na casa de 1 milhão e 300 mil €.-----
Esta política pública levará a um aumento da procura e não será correto o aumento da procura por este motivo implicar um aumento do lucro do operador e que seria suportado por políticas públicas. Os lucros serão divididos numa métrica de 70/30 sendo que este valor estimado também entra nos cálculos.-----
Está em construção um sistema de integração de bilhética porque não existia nada que permitisse ao regulador saber em tempo útil o n.º passageiros e as validações. Como até aqui o mercado não era regulado este sistema não existia mas sem ele estamos numa situação em que é o operador a indicar a CIM o número de utilizadores. Isto passa-se em todas as CIM mas a OesteCIM é a única que está a fazer um sistema de integração de bilhética e que prevê que esteja implementado até ao final do ano.-----
Questionado sobre o n.º de passes dados a conhecer na reunião com o presidente da Câmara, o primeiro secretário da OesteCIM chamou a atenção para o período de férias e para o facto do n.º de passes que é

comprado em Lisboa ou noutras regiões, mesmo que com destino a Torres Vedras, não aparecerem nessa contabilidade. Os números de que o presidente da Câmara dispõe são os números fornecidos pela CIM mas são só os passes comprados em Torres Vedras. A integração de bilhética vai resolver esta dificuldade. Relativamente aos passes de linha esclareceu que essa é a situação atual mas que existe o problema de alguns utilizadores terem de utilizar dois operadores num único trajeto. Esses casos têm sido reportados à OesteCIM e por serem situações específicas têm sido resolvidas com negociação direta com os operadores. A situação reportada à Assembleia Municipal de Torres Vedras foi encaminhada para a OesteCIM e foi resolvida. A ideia é de que os utilizadores tenham um passe origem-destino.-----
Relativamente ao TUT confirmou que a sua utilização está excluída do passe municipal por ser inferior a 30€. Foi alertado para o facto de obrigar a quem chega à cidade e fica no terminal rodoviário ter de pagar outro passe para utilizar os transportes urbanos. Este assunto vai ser analisado na ótica de que o âmbito do concurso público que vai ser lançado possa alterar esta situação.-----
Novamente sobre os transportes escolares foi dito que corresponde à grande fatia do que se paga de compensações aos operadores.-----
A comissão questionou a forma de pagamento das compensações da AML aos operadores e foi dito que é por validação. Perante esta resposta e sabendo que os operadores não teriam nenhum prejuízo, foi questionado o porquê de um passageiro não poder validar o seu passe 2 vezes numa mesma viagem, uma de Torres até à fronteira do Município e essa parte era suportada pela OesteCIM e outra parte seria suportada pela AML. O representante da Oeste CIM disse que essa situação não tem sido permitida porque a AML não paga o valor restante.-----
Sobre a Resolução da Assembleia da República relativamente ao PART e à previsão do Orçamento de Estado para 2020, a deputada Rita Sammer perguntou se se confirma a previsão de 1 milhão e 500mil euros para a Oeste CIM. Foi-lhe dito que tentarão “pedir” mais mas que não há valores oficiais.-----
A mesma deputada municipal questionou sobre o impacto dos 2,5% de comparticipação dos municípios. O primeiro-secretário demonstrou que esse valor será pouco significativo porque fazendo as contas, com essa comparticipação a OesteCIM terá mais 100mil€. Os membros da comissão ficaram surpreendidos por verificarem que o valor seria tão baixo.-----
Antes de terminar, foi dado conta do estudo de satisfação que está a ser desenvolvido em parceria com a universidade Nova de Lisboa e de que o concurso público que será lançado para o ano será de âmbito internacional. -----

a) 